

O teatro na comunicação social portuguesa

O caso do jornal *Público*

Maria Clara Vasco Campanilho Barradas¹

campanilhobarradas@gmail.com

Resumo

O presente artigo parte da análise de um exemplo concreto para inferir sobre o lugar e o espaço que o teatro ocupa na comunicação social portuguesa. A análise incide sobre todas as edições e suplementos do jornal *Público* no período entre 1 de março e 31 de maio de 2010. A partir de gráficos e mapas são analisados itens como o número de artigos sobre teatro em comparação com o número de artigos sobre outras artes, as chamadas de capa ou a dispersão geográfica. Incluem-se declarações da editora de teatro do *Público* e de uma jornalista para ajudar a entender a posição do teatro no meio das áreas artísticas abordadas pelo jornal.

Palavras-chave: jornalismo; teatro; *Público*.

Abstract

This article aims to understand the place the art of theatre occupies in Portuguese media. The analysis focuses on all *Público* newspaper editions and supplements between March 1 and May 31, 2010. The info was condensed in graphics and maps to help analyse items such as the number of articles on theatre compared to the number of articles on other arts, cover stories, or the geographical distribution of theatre shows mentioned in the articles. There are also statements from the *Público* theatre editor and from a journalist to help understand the statistic and how theatre is integrated in this newspaper.

Keywords: journalism; theatre; *Público*.

Introdução

Os primeiros artigos de jornalismo cultural terão sido publicados no século XVII, na Inglaterra, referindo-se a eventos culturais. Estes temas foram ganhando espaço nos jornais de todo o mundo e levaram à criação de dois novos tipos de texto jornalístico, a crítica e a crónica (cf. Silva, 2008). Até ao século XIX, referia-se apenas aos valores e criações dos grupos minoritários privilegiados (cf. Silva, 2008). No final do século, as transformações políticas, sociais e tecnológicas, sobretudo na Europa, alteraram a forma de fazer jornalismo e, por conseguinte, de abordar a cultura (cf. Siqueira, 2007).

¹ Aluna do curso de Jornalismo e Comunicação do IPP-ESE entre 2005-2008.

Artigo desenvolvido no âmbito do mestrado em Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

No século xx, as temáticas alastraram aos novos modos de vida e de pensamento das sociedades. A cultura mediatizou-se com a criação da imprensa como negócio, mas também do cinema, rádio, fotografia, televisão (cf. Silva, 2008). Surgiu o que se chamaria as indústrias culturais. A modernização das formas de viver e agir – e, conseqüentemente, dessas indústrias – originou a massificação da cultura (cf. Sing, 2010). As sociedades já não apreciavam, mas “consumiam” os objetos culturais (cf. Siqueira, 2007). Os intelectuais e especialistas em artes deixaram de escrever e os jornalistas assumiram essa função (cf. Cardoso, 2007). O espaço para críticas começou a diminuir, assim como o carácter reflexivo do género. A abordagem aos temas padronizou-se. A perspectiva informativa tornou-se dominante. (cf. Alzamora, 2008).

Estas características do jornalismo cultural remeteram-no para as últimas páginas dos jornais (e depois noticiários radiofónicos e televisivos). Mais tarde, surgiram os suplementos. As notícias culturais mantiveram-se nas edições regulares dos jornais, mas os ensaios e artigos mais reflexivos passaram para os suplementos, geralmente de periodicidade mais alargada. Os suplementos cresceram como espaços de experimentação, não só de linguagem, mas também gráfica (cf. Barreto, 2006).

O jornalismo cultural talvez seja a especialização mais abrangente de todo o jornalismo. A área temática a cobrir – e mesmo geográfica e temporal – é bastante vasta. A sua complexidade é, por isso, enorme. Exige grande cultura geral e capacidade de identificar e correlacionar factos e fenómenos, resumindo tudo num texto apetecível, inteligente, de certa forma crítico e sempre informativo. Para isso, é necessário compreender bem os processos culturais, para que se estabeleça um diálogo constante entre as diferentes áreas e linguagens utilizadas, uma vez que as artes e indústrias não são estanques e se utilizam umas às outras (cf. Silva, 2008).

O objetivo do jornalismo cultural deve ser, pois, o de fornecer elementos que permitam ao destinatário construir o seu próprio raciocínio, com um texto que reflita as formas de organização da sociedade através das artes e da produção cultural. A exposição da filosofia estética de uma obra deve implicar a reflexão sobre as circunstâncias sociais e históricas em que foi concebida, no sentido de a apresentar

como um processo cultural, na tentativa de captar o movimento vivo das ideias e não apenas como produto de mercado da indústria cultural (cf. Basso, 2008).

É certo que há muitas mais manifestações culturais do que as que são habitualmente consideradas pelos jornais. Mas não se pode negar que, praticamente desde o seu aparecimento, o jornalismo cultural foi sempre uma importante referência para a construção de uma conceção de Cultura. Isto adquiriu maior força no século xx, quando o jornalismo cultural se revelou indispensável para catalogar e entender a relevância social de acontecimentos. Ao mesmo tempo que informa, o jornalismo cultural forma a opinião pública. Pelo menos, sobre aquilo que a secção de cultura diz que é Cultura. (cf. Alzamora, 2008).

No entanto, o género está «cada vez mais inserido na sociedade do espetáculo, do consumo imediato, da superficialidade das abordagens» (Barreto, 2006, 66). Muitas vezes, «trabalha a cultura mais como produto do que como processo» (Teixeira, 2008, 2-3). E mais: privilegia a transformação do produto em algo fora do comum, quando não é mais do que uma rotina da indústria cultural (cf. Pereira, 2007).

A quantidade de produtos culturais existentes hoje é imensurável. A tarefa do jornalista de cultura tornou-se muito mais difícil e de maior responsabilidade. Há um esforço para introduzir novas temáticas, mas a verdade é que a atualidade informativa baseia-se muito no calendário da indústria cultural. O que podia ser uma mais-valia – a exploração simbólica dos temas – perde-se sob a pressão desse calendário. Os artigos são, assim, «previsíveis apesar de inéditos» (Teixeira, 2008).

As dificuldades das empresas jornalísticas em encontrar um lugar no novo paradigma da comunicação de massas e o imediatismo forçado que atualmente rege as vivências levaram à diminuição do espaço para escrever. Na cultura, os cortes fizeram-se, precisamente, na vertente analítica. Assim, o jornalismo cultural limita-se a:

Três formas de avaliação das produções estéticas: a) a crítica das obras de arte, levando em consideração um cânone (imposição de dominantes) capaz de reduzir as expressões artísticas do mundo ocidental; b) a apresentação das obras de arte de forma referencial, sem quaisquer perspetivas analíticas; c) a vinculação do gosto estético à lógica do consumo. (Pereira, 2007, 5)

A cultura tem uma «dimensão material (artes performativas, artes visuais, museus, *design*, património, festivais, edição, literatura, etc.) e uma dimensão simbólica (relações, identidades e valores de gerações)» (Silva, 2008). Se essas duas dimensões não andarem paralelas, o jornalismo cultural reduz-se a um mero divulgador de eventos.

Mas a “dimensão material” da cultura está, em larga medida, sobreposta à “dimensão simbólica”. O jornalismo cultural de hoje está mais preocupado em trabalhar manifestações artísticas e seus produtos do que formas de pensamento e ação das sociedades. Deste modo, uma leitura do jornalismo cultural terá de passar sempre pela representação das artes na comunicação social.

Estudo de caso

Para compreender o modo como as artes são abordadas na comunicação social, analisou-se um jornal diário nacional generalista, o *Público*. Na impossibilidade de observar um espectro temporal mais alargado e todas as áreas artísticas habitualmente abordadas nos jornais, escolheu-se como exemplo o teatro num período de três meses. O estudo é, assim, apenas uma pequena parte do trabalho da secção de cultura/artes do *Público* e é mais representativo do período do ano do que do efetivo trabalho da equipa em geral e sobre teatro em particular. Assim, foram analisadas todas as edições e suplementos em papel do jornal *Público* de 1 de março a 31 de maio de 2010.

Os dados obtidos sobre teatro foram relacionados com os correspondentes às outras artes trabalhadas pelo jornal, uma vez que só assim é possível compreender o lugar que efetivamente este jornal destina ao teatro. Para ajudar a entender melhor os resultados foram recolhidas, expressamente para este estudo, as declarações de jornalistas da área do teatro do *Público*.

No período em análise, a edição diária do jornal *Público* não tinha uma secção de cultura/artes. Havia, como hoje, o suplemento *Ípsilon*, uma publicação semanal dedicada às artes. A equipa deste suplemento assegurava e editava os temas relacionados com artes e cultura (o cargo de “editor de cultura” foi criado no decorrer do período analisado, 1 de abril de 2010, mas não a secção correspondente).

Na edição em papel, os artigos de cultura/artes podiam aparecer em três espaços: na edição diária (o caderno principal); no suplemento *P2*; no suplemento *Ípsilon*.

No caderno principal, os artigos de cultura/artes eram inseridos numa das secções do jornal: Portugal, Mundo, Economia, Local ou, menos frequentemente, Desporto e Destaque (hoje já existe a secção Cultura).

O suplemento *P2* saía de segunda-feira a sábado (ao domingo saía o idêntico *Cidades*). Tinha duas edições, *Lisboa* e *Porto*, porque a agenda diferia conforme a região. Incluía, entre outros, entrevistas, reportagens, críticas a espetáculos, pré-publicação de livros, a programação televisiva do dia e a agenda cultural. Quando se justificava, os artigos sobre cultura/artes eram incluídos sob o cabeçalho “Cultura”. As artes podiam ser destaque fotográfico da agenda cultural ou sugestão da rubrica “Sair”. Estes suplementos já não existem e os seus conteúdos foram diluídos pelo caderno principal do jornal.

O *Ípsilon*, exclusivamente dedicado às artes, saía à sexta-feira, com uma média de sessenta páginas por edição (agora só trinta). Dividia-se em quatro partes: “Flash”; tema de capa; temas da semana e “A Semana” (secção que já não existe).

“Flash” é a primeira secção do suplemento. Ocupa duas páginas com uma média de seis notícias curtas sobre o mundo das artes. A seguir entra o tema de capa, com quatro a seis páginas, incluindo um ou mais artigos complementares, do mesmo autor ou de outro(s). Os temas da semana referem-se às novidades (edições, estreias, lançamentos, etc.). No período em análise eram publicados, em média, treze artigos por edição (agora menos). A secção “A Semana” era semelhante, mas os textos, os minidestaques, eram mais curtos. Continha ainda críticas a discos, exposições, filmes, livros e as agendas de cinema, concertos, exposições e teatro. Esta secção já não existe, apenas as críticas continuam a ser publicadas.

Este modelo de organização do jornal remetia as artes quase exclusivamente para o suplemento *Ípsilon*. Apenas os artigos sobre cultura apareciam, por vezes, no caderno principal. Assim, as notícias sobre o meio artístico, especialmente o português, estavam limitadas a acontecimentos, no caso, edições, estreias, inaugurações, lançamentos, publicações, etc.. O teatro ficava, então, reduzido às estreias de

espetáculos. O jornal não acompanhava os processos de criação, mas fazia o caminho inverso: no momento da estreia, recuava ao início da criação do objeto artístico e passava em revista o percurso a partir daí.

Metodologia

Para perceber qual a presença do teatro no jornal *Público* estudaram-se as edições em papel dos cadernos principais e dos suplementos publicados no período de 1 de março a 31 de maio de 2010. Assim, foram analisadas: 92 edições do caderno principal, 79 edições do suplemento *P2*, 13 edições do suplemento *Cidades* e 14 edições do suplemento *Ípsilon*. A análise do *Ípsilon*, pelas suas características de suplemento semanal, foi feita às edições de 5 de março a 4 de junho de 2010.

Os resultados da análise estão expressos em gráficos. Os artigos foram agrupados por área artística, segundo as designações adotadas pelo *Ípsilon*: cinema, dança, exposições, livros, música e teatro. Por vezes surge a categoria “outros”. Corresponde às atividades que aliam duas ou mais áreas artísticas e que, por isso, não cabem em nenhuma das designações referidas. Esta categoria abarca, assim, festivais, lançamentos, artigos sobre televisão, debates, colóquios, leituras, récitas, entre outros.

De referir que só foram estudados os artigos que se relacionam com espetáculos de teatro, independentemente do espaço em que estes tiveram lugar, e não com atividades que aconteceram em salas ou outros espaços de casas de teatro.

Um exame empírico prévio do jornal permitiu formular algumas hipóteses sobre a presença do teatro no jornal *Público*:

1. O teatro tinha muito pouca representação nas edições do *Ípsilon*;
2. A música e o cinema eram as áreas mais representadas;
3. Os livros tinham pouca representação;
4. A dança tinha pouca representação;
5. Eram abordadas, no *Ípsilon*, mais estreias de teatro em Lisboa e Porto do que no resto do país;
6. As críticas de teatro, no *P2*, eram em menor número do que as críticas a outras artes;

7. Não havia teatro no caderno principal do *Público*.

A primeira apreciação das publicações confirmou a ausência de qualquer artigo sobre teatro no caderno principal do *Público*. Assim, a análise subsequente restringiu-se aos suplementos do jornal: artigos publicados no *Ípsilon*, no *P2* (críticas, sugestões e destaques da agenda cultural) e no *Cidades* (sugestões e destaques da agenda cultural).

Resultados da análise

A análise começou com a contagem dos artigos publicados no *Ípsilon*. Sobre teatro, mas também sobre outras áreas artísticas.

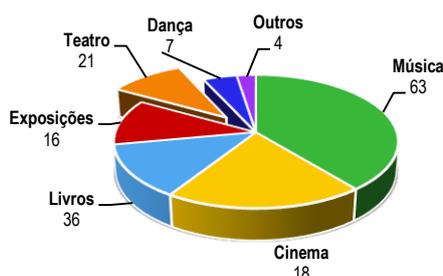


Gráfico 1. Número de artigos publicados no *Ípsilon* por área artística (exclui as secções “Flash” e “A Semana”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

No período analisado, foram publicados no *Ípsilon* 165 artigos, excluindo as secções “Flash e “A Semana”. Em comparação com outras artes, o teatro foi pouco trabalhado (21 artigos), mas as artes menos trabalhadas apresentam números muito inferiores (cinema, com 18, exposições com 16 e dança com 7). Os livros são a segunda área artística com maior representação no suplemento (36). A primeira, a música, apresenta quase o dobro dos artigos sobre livros (63).

O número de páginas que o *Ípsilon* dedicou a cada área artística mostra que o espaço ocupado não é proporcional ao número de artigos publicados.

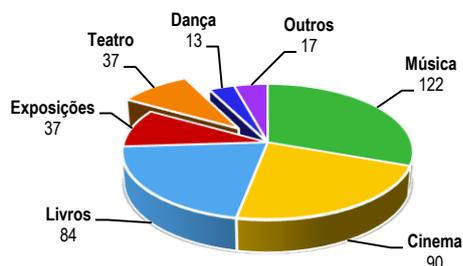


Gráfico 2. Número de páginas ocupadas por área artística no *Ípsilon* (exclui as secções “Flash” e “A Semana”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

Num total de 400 páginas, a música mantém-se como a arte a que o suplemento dedica mais espaço (122 páginas), mas o cinema, a quarta arte com mais artigos publicados, é agora a segunda em número de páginas (90). Os livros são a terceira área com mais páginas (84). Embora as exposições tenham menos artigos do que o teatro, apresentam o mesmo número de páginas (37 cada um). A dança continua a ser a arte menos representada (13), superada mesmo pela categoria “outros” (17). Cada página com texto e/ou fotografia/imagem foi contabilizada como uma página, independentemente da existência ou não de publicidade.

A relação entre o número de artigos e o número de capas do *Ípsilon*, segundo a área artística, também não é proporcional.

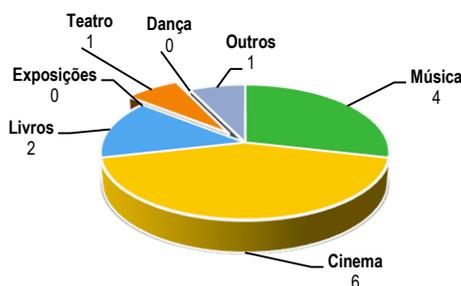


Gráfico 3. Número de capas do *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

Apesar de ser apenas a quarta arte com maior número de artigos, é o cinema que faz mais capas do *Ípsilon* (6 capas em 14 edições). Imediatamente a seguir está a música (4) e os livros (2). O teatro fez uma capa (festival de artes performativas

Alkantara Festival, 21 de maio de 2010). A dança e as exposições não fizeram nenhuma capa.

Em proporção semelhante ao número de artigos estão as chamadas de capa. O *Ípsilon* fez, em média, cinco chamadas por edição.

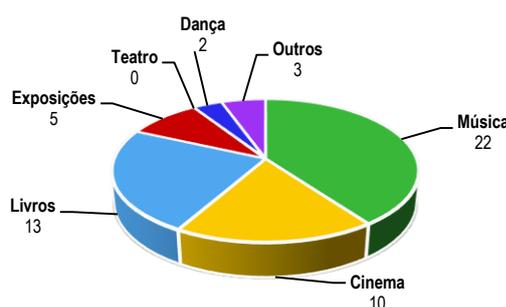


Gráfico 4. Número de chamadas de capa no *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

É a música, a área com maior número de artigos e mais páginas, que faz mais chamadas de capa (22 referências), seguida dos livros (13) e do cinema (10). Apesar de a dança e as exposições não terem feito nenhuma capa, fizeram chamadas (5 e 2, respetivamente). Já o teatro, com maior número de artigos que a dança e as exposições e com uma capa, não fez nenhuma chamada. Dos quatro artigos incluídos na categoria “outros” três fizeram chamadas de capa.

Nas páginas interiores do suplemento (Gráficos 1 e 2) foram publicados 21 artigos sobre teatro (Gráfico 1) e na secção “A Semana” mais 16, num total de 37. Analisa-se agora a localização geográfica dos espetáculos mencionados nos 37 artigos.

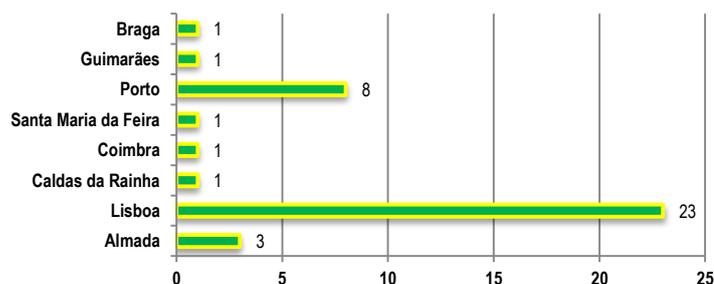


Gráfico 5. Localização geográfica dos espetáculos mencionados nos artigos de teatro publicados no *Ípsilon* (exclui a secção “Flash”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

O *Ípsilon* fez referência a apenas oito localidades nos seus artigos de teatro, todas cidades sede de concelho. A cidade mais mencionada é Lisboa (23 referências), com larga vantagem sobre a segunda, o Porto (8). Das restantes localidades, apenas Almada surge mais do que uma vez (3). O total de artigos (37) não corresponde ao número de referências apresentadas no gráfico (39), porque em dois dos artigos analisados são referidas duas localidades e não apenas uma.

As localidades mencionadas nos 37 artigos de teatro durante o período em análise foram marcadas no mapa seguinte:



Mapa 1. Dispersão geográfica das localidades mencionadas nos artigos de teatro no *Ípsilon* (exclui a secção “Flash”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

As cidades referidas situam-se no litoral do país, quatro delas a norte (Braga, Guimarães, Porto e Santa Maria da Feira), duas no centro (Coimbra e Caldas da Rainha) e duas no centro sul (Lisboa e Almada). Das 39 localidades mencionadas, nenhuma se refere ao interior e sul do país.

Na secção “Flash”, que apresenta novidades do mundo das artes, nacionais e internacionais, o teatro tem pouca representação.

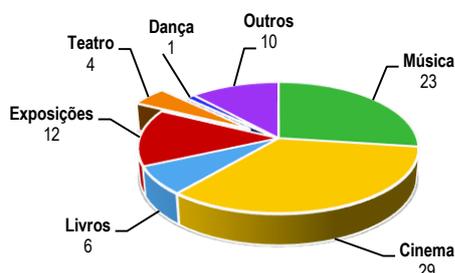


Gráfico 6. Número de artigos publicados na secção “Flash” do *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

De um total de 82 artigos publicados nesta secção, o teatro (4 artigos) e a dança (1) são as artes menos representadas, superadas em dobro pela categoria “outros” (10). O cinema aparece mais vezes (29), imediatamente seguido da música (23). Seguem-se as exposições (12) e os livros (6).

No período analisado, as críticas a obras artísticas dividiam-se pelo *P2* e pelo *Ípsilon*, consoante se tratasse de um acontecimento/espetáculo ao vivo ou não. Assim, as críticas a espetáculos de teatro eram publicadas no *P2*, pelo que apenas foi analisado esse suplemento.

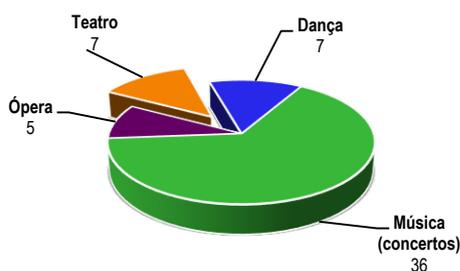


Gráfico 7. Número de críticas a espetáculos publicadas no *P2* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Os concertos foram os espetáculos mais criticados (36 críticas). No *Ípsilon*, também a música foi a área com maior número de artigos publicados. Os espetáculos de teatro e dança fizeram muito menos (7 cada um). Houve ainda 5 críticas a espetáculos de ópera. (No *Ípsilon*, a ópera era incluída na categoria Música, que não fazia distinção de géneros. Nas críticas do *P2*, os espetáculos musicais dividiam-se em “Crítica de Música”, para concertos de todos os géneros musicais (incluindo música clássica), e

“Crítica de Ópera”, para récitas.) Apenas um dos espetáculos de teatro criticados não tinha sido anteriormente trabalhado no *Ípsilon*. Considerando o número de artigos sobre teatro publicados no *Ípsilon* (41 artigos, somando “Flash”, temas da semana e “A Semana”), o número de críticas (7) é muito inferior.

O teatro também foi destaque fotográfico e sugestão da agenda cultural do *P2* (segunda-feira a sábado) e do *Cidades* (domingo). A agenda era publicada nos dois suplementos, pelo que o *P2* e o *Cidades* foram analisados como um só. As duas edições, *Lisboa* e *Porto*, foram analisadas paralelamente.

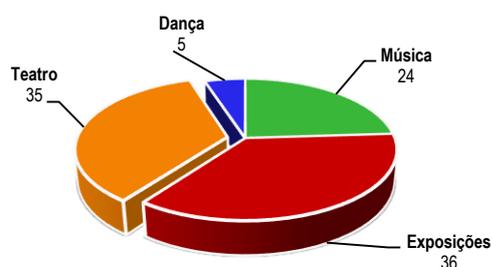


Gráfico 8. Número de destaques fotográficos da agenda cultural do *P2 Lisboa* e *Cidades Lisboa* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

As exposições (36 destaques) e o teatro (35) são as áreas que mais ilustram a agenda cultural. A seguir estão a música (24) e a dança (5). O número de destaques (100) é superior ao número de edições (92), porque algumas fizeram dois destaques.

Na edição do Porto, a escolha é diferente e mais eclética.

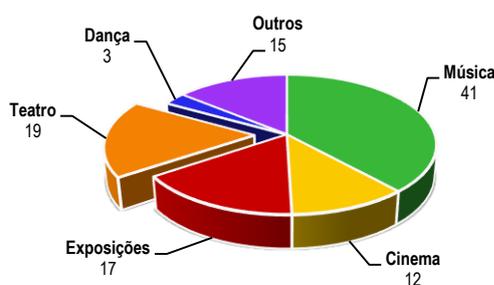


Gráfico 9. Número de destaques fotográficos da agenda cultural do *P2 Porto* e *Cidades Porto* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Nesta edição, a música aparece mais vezes (41 destaques), a seguir o teatro (19), as exposições (17) e o cinema (12). A dança é, mais uma vez, a arte menos representada (3). A categoria “outros” tem, até, a mesma representação que dança e cinema juntos (15). A música é a única área artística que tem maior número de destaques na edição do Porto do que na de Lisboa. No entanto, nesta edição as áreas artísticas são mais variadas. O número de destaques (107) também é maior do que o número de edições (92), porque algumas edições fizeram dois destaques fotográficos. Este número é, até, maior do que o de Lisboa (107 na edição do Porto contra 100 na de Lisboa).

Ainda nos suplementos *P2* e *Cidades*, o destaque “Sair” sugeria, regra geral, uma atividade para fazer “fora de casa” (filmes, espetáculos, exposições, visitas, etc.).

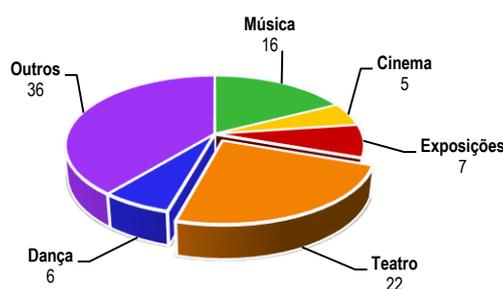


Gráfico 10. Número de destaques “Sair” da agenda cultural do *P2 Lisboa* e *Cidades Lisboa* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

As atividades relacionadas com teatro (22 sugestões) e música (16) são as mais sugeridas, mas só depois da categoria “outros” (36), que inclui vários tipos de festivais, atividades que congregam mais do que uma disciplina artística, lançamento de produtos culturais, sugestões de visita, etc.. Em 92 sugestões, as exposições, a dança e o cinema são os menos representados (7, 6 e 5, respetivamente).

Tal como se verifica no destaque fotográfico, na edição do Porto os valores do destaque “Sair” são diferentes.

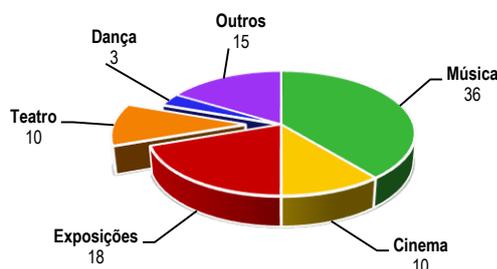


Gráfico 11. Número de destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Porto e Cidades Porto por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Aqui é a música que aparece mais vezes (36 sugestões), seguida das exposições (18) e do teatro e cinema (10 cada um). A categoria “outros” tem menor representação do que na edição de Lisboa (15 contra 36 em Lisboa) e a dança tem apenas 3 sugestões. As áreas mais sugeridas, em Lisboa como no Porto, apresentam o mesmo número (36), mas são bem diferentes. Enquanto em Lisboa essa área é “outros”, no Porto é a música. O total de sugestões corresponde ao número de edições.

Analisa-se agora o destaque “Sair” segundo a localização geográfica das sugestões.

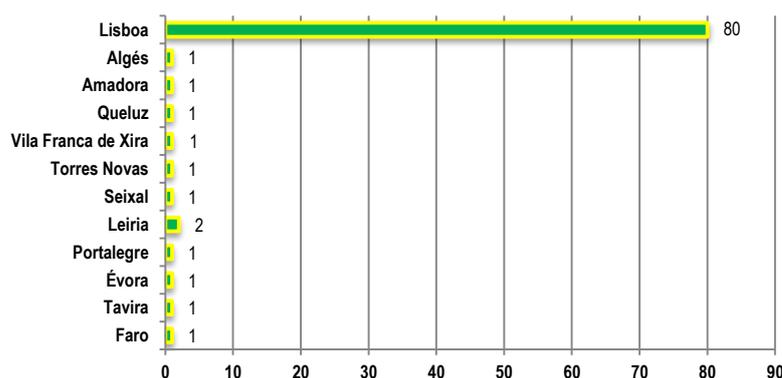


Gráfico 12. Localização geográfica dos destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Lisboa e Cidades Lisboa, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Este destaque sugeriu apenas 12 localidades. De um total de 92 sugestões, 80 são propostas para realizar na cidade de Lisboa. As outras sugestões localizam-se próximo desta cidade e há muito poucas no resto da região abrangida por esta edição.

À exceção de Leiria, com duas sugestões, as outras dez localidades só são mencionadas uma vez.

Na edição do Porto, a situação é semelhante, embora o número de localidades apresentadas seja maior do que na edição de Lisboa.

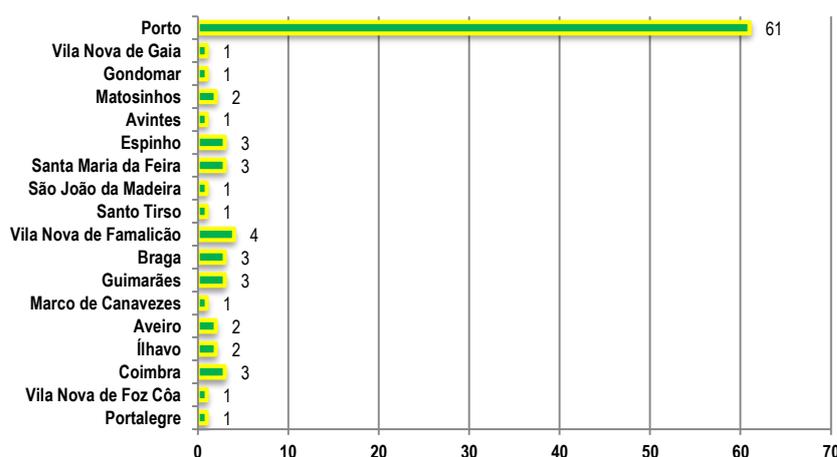


Gráfico 13. Localização geográfica dos destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Porto e Cidades Porto, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

A cidade do Porto domina as propostas (61 sugestões). Mas nesta edição são referidas mais localidades do que na de Lisboa (18 contra 12). Além disso, metade das localidades apresentadas aparece mais do que uma vez, embora em muito menor número do que o Porto (em Lisboa apenas uma localidade é mencionada mais do que uma vez). Todas as localidades pertencem à região norte, à exceção de Portalegre (1), embora geograficamente pertença à edição de Lisboa. O número de sugestões (94) é superior ao número de edições (92), porque há dois destaques que referem duas localidades diferentes na mesma sugestão, o que não acontece na edição de Lisboa.

Nas duas edições, tanto no destaque fotográfico como na sugestão “Sair”, verificou-se a repetição de propostas. Esses casos, todos em relação a acontecimentos nas cidades de Lisboa e Porto, foram contabilizados normalmente.

Estes resultados mostraram que os artigos sobre teatro mais significativos foram publicados como temas da semana no *Ípsilon*, que abordou os assuntos em função de uma estreia. Na secção que publica pequenos artigos sobre a atualidade cultural

(“Flash”) raramente entraram temas de teatro. O teatro só voltava a aparecer no suplemento *P2*, numa secção flutuante, que só existia se se justificasse. Sobravam as sugestões e os destaques fotográficos na agenda cultural desse suplemento.

Assim, foi abandonada a ideia de que o teatro era pouco trabalhado no *Ípsilon*, uma vez que outras artes foram menos trabalhadas do que o teatro. Confirma-se, assim, que havia muito poucos artigos sobre dança no *Ípsilon*. Confirmou-se também a predominância de artigos sobre música e cinema, embora os últimos revelassem ser em menor número do que o esperado. Ao contrário dos livros, que surgiram no suplemento mais frequentemente do que se pensava. Igualmente se confirmou a ideia de que Lisboa e Porto eram as localidades mais presentes nas sugestões e destaques do *P2* e *Cidades* e nos artigos do *Ípsilon*, principalmente a cidade de Lisboa. Também se confirmou a pouca presença de críticas de espetáculos de teatro.

O teatro no *Público* visto pelos seus jornalistas

Para entender melhor estes resultados, questionaram-se duas jornalistas que trabalhavam na secção de cultura/artes do *Público* no período em análise. Ana Dias Cordeiro, jornalista, considerava que podia haver mais teatro no jornal:

Pode sempre haver mais [teatro no *Ípsilon*]. Tem poucas capas. É verdade que para ser capa tem de ser sustentado e bem justificado, mas porque é que não se faz mais? Há muita coisa a passar-se, [até] fora de Lisboa e do Porto, que nós não cobrimos. Para isso era preciso ter[mais] pessoas, mas não é fácil, o jornal dispensou muita gente.

O mesmo observava Inês Nadais, editora adjunta do *Ípsilon*, responsável pelas áreas do teatro e da dança:

O teatro já foi mais bem tratado no sentido de haver um acompanhamento contínuo. No *Público*, mas também no resto da comunicação social. Acho que não podiam estar melhor feitos [os artigos do *Ípsilon*]. O problema é o acompanhamento regular da área, isso é que não é feito em condições perfeitas. Teatro não [é] só estreias. Mas as histórias interessantes, que queremos que estejam no *Ípsilon*, acabam sempre por estar.

Para Inês Nadais, o teatro era prejudicado pela falta de jornalistas. A editora explicava:

Havendo uma pessoa dedicada à área, podíamos fazer uma reportagem sobre como estão a viver as companhias no meio da crise e dos cortes orçamentais, por exemplo. Não havendo, é difícil colocar uma pessoa de outra área; teria de fazer uma atualização em tempo recorde. Neste momento [2010], a Ana Dias Cordeiro tem a área do teatro, mas está também muito presa às coisas do dia. [A área] não está a ser gerida da melhor maneira. Os livros têm uma pessoa atenta, a música também, o cinema também. Acho que se pode dizer que [o teatro] está prejudicado. Vai passando por várias mãos. Mas as estreias importantes, de uma forma ou de outra, vamos fazendo, nem que vá buscar uma pessoa da música.

Quanto às poucas capas que o *Ípsilon* dedicou ao teatro, Inês Nadais justificava:

Tem que haver um protagonista fortíssimo. Um encenador carismático, [por exemplo] ou uma história muito especial. Fizemos capa com o Alkantara Festival [*Ípsilon*, 21 de maio de 2010], sobre teatro/dança, e com o Édipo, no Teatro Nacional D. Maria II [*Ípsilon*, 19 de fevereiro de 2010], porque era o caso do diretor artístico de um teatro que se apresenta como ator num clássico absoluto da dramaturgia europeia e mundial, encenado por um dos encenadores portugueses mais reconhecidos. É mais fácil fazer uma capa de música. Objetivamente têm a mesma importância, só que o potencial de comunicação com os leitores de uma história de teatro é muito reduzido. O tal encenador [pode ser] uma estrela, mas não é os U2, ninguém vai saber o nome dele. Portanto, tem mesmo de ser uma história muito fora do comum ou muito forte para ir por aí.

Em relação ao facto de serem escassos os trabalhos fora de Lisboa e Porto, Inês Nadais admitia, mas mais uma vez justificava essa situação com a falta de jornalistas:

Há companhias que se queixam [de não irmos lá]. Principalmente fora de Lisboa e Porto. E têm razão. O Teatro Viriato costumava ter dança [interessante] e nós íamos. Agora, é preciso haver disponibilidade para alguém do Porto ou de Lisboa ir a Viseu, o que não é fácil, com secções tão pequenas. Tínhamos uma rede de correspondentes, agora não temos quase ninguém. É óbvio que essas companhias são prejudicadas. Muitas vezes fazem coisas extraordinárias, até mais do que em Lisboa e Porto, só que fazer 300 quilómetros para ir a uma estreia e levar fotógrafo, nas condições atuais, é complicado. Por outro lado, sucessivas más produções – isto uma avaliação nossa –, seja de Lisboa, do Porto ou de fora, também fazem com que nós deixemos de ir. Às vezes, até podem ter melhorado, mas como já nos desabituíamos de ir ver, acabamos por não saber isso.

Os jornalistas do *Público* conheciam os hábitos dos seus leitores. O lugar do teatro, e os critérios de escolha, eram proporcionais a isso, explicava Inês Nadais:

Procuramos que o suplemento seja diversificado. Mas, por sabermos que o teatro tem menos leitura do que a música ou o cinema, evitamos que numa edição haja mais do que três ou quatro histórias. O critério de escolha é a capacidade que o assunto (um espetáculo, festival, encenador, ator) tem para se transformar numa boa história e as condições práticas,

como o *timing* do ensaio de imprensa ou a nossa disponibilidade. Há, obviamente, outros critérios. O conhecimento que eu tenho do meio permite-me fazer uma triagem entre aquilo que acho que vai ter um interesse acima da média e aquilo que vai ser mais uma produção rotineira. Obviamente que existe da nossa parte um juízo, por muito injusto que seja, acerca da qualidade das companhias, dos encenadores, dos atores, dos textos. Portanto, [além do juízo acerca] do potencial da história, há o juízo acerca do trabalho da pessoa envolvida e da novidade: uma coisa pode até não parecer de uma qualidade acima do comum, mas o potencial de novidade pode ser importante.

A editora adjunta do *Ípsilon* explicava como se processava o trabalho sobre teatro:

Normalmente eu escolho as pessoas para cada trabalho. O que é no Porto faço eu [Inês Nadais pertence à redação do Porto]. Já conheço o trabalho das companhias; é-me fácil ver o que está em jogo e o percurso para trás de cada estreia. Em Lisboa implica vários fatores: se for uma companhia ou autor que me interesse particularmente e eu tiver disponibilidade, faço. Se não, faz a pessoa em Lisboa que estiver mais disponível. Quando entrego os trabalhos discuto um bocadinho sobre o que deve ser feito. Se acho que é preciso dar indicações sobre alguns aspetos, digo. O espetáculo tem de estar no texto. Não quer dizer [a descrição de] cenário, figurinos ou o enredo da peça, mas alguns elementos têm de estar. É importante o olhar do encenador. É útil para [o espetador] ter algumas ideias acerca do ponto de vista com que o espetáculo é apresentado. E também é importante a maneira como o texto está escrito. Num suplemento como o *Ípsilon*, os textos não são propriamente noticiosos, portanto tem que haver algum investimento na escrita.

Ana Dias Cordeiro falava assim sobre o seu trabalho na área do teatro:

É a Inês que me manda coisas sobre teatro, e o Vasco [Câmara, editor do *Ípsilon*] quando a Inês não está. Eu também já começo a receber coisas e a propor. Depois há a escolha. Se não der para fazer tudo [quando há vários espetáculos ao mesmo tempo] tem de se escolher. E aí entra a Inês. Há coisas que são óbvias e o Vasco sabe logo que é para fazer. Depois há coisas mais subtis. É a Inês que tem os conhecimentos para dizer “fazemos isto e não fazemos aquilo”.

As características do *Ípsilon* permitiam a criação de textos mais longos do que o caderno principal do jornal. Embora a extensão de cada texto fosse determinada previamente, esta podia sempre alterar depois de visto o ensaio de imprensa. Ana Dias Cordeiro explicava:

O Vasco gosta que falemos com ele depois de ver a peça, para decidirmos em conjunto o que é que merece ser feito. Mas geralmente já vou com uma ideia. Às vezes acontece pensar que vai ser uma página e depois a peça não valer nada. Outras vezes está decidido à partida. Também já

aconteceu ser preciso aumentar o espaço que estava previsto [por o espetáculo ser tão bom].

Ainda sobre este assunto, Inês Nadais referia-se à imprevisibilidade dos trabalhos artísticos:

Página | 127

Se for com antecedência, alteramos [o tamanho do texto]. Já fizemos coisas que eram para ser temas grandes e depois não eram assim tão relevantes. Às vezes acontece, e é um bocado grave. Quando, por exemplo, o texto da peça é muito fraco. Pode-se até reduzir de tamanho, mas não se pode deixar de escrever. Às vezes é estúpido e injusto, porque se ignora no dia a dia montes de espetáculos minimamente aceitáveis, e por esse tipo de circunstâncias às vezes acaba por se fazer alguns que são menos bons. Mas antes de vermos não sabemos. E se for mesmo em cima do fecho da edição é impossível substituir por outro espetáculo.

Os temas de teatro escolhidos para figurar no *Ípsilon* eram selecionados pela equipa desse suplemento. Não havia relação entre esses temas e os destaques fotográficos da agenda cultural e da secção “Sair” do *P2* e *Cidades*. Assim como os espetáculos criticados, que eram escolhidos pelos críticos e geridos pela equipa do *P2*.

Notas finais

Ao contrário do esperado, e à luz dos gráficos e das declarações das jornalistas, esta análise revelou que, no geral, o teatro não estava tão pouco nem tão mal representado no jornal *Público*, ocupando um lugar relativamente modesto:

- a) Fazer jornalismo implica escolher. Mesmo os artigos sobre a área mais abordada no *Ípsilon* resultaram de uma escolha. Nenhuma arte está inteiramente retratada em nenhum jornal, pelo que não se pode considerar injusta a situação do teatro, houve até outras artes com menor representação;
- b) No entanto, havia tendência para privilegiar determinadas áreas artísticas. As outras, nomeadamente o teatro, acabavam remetidas para segundo plano;
- c) A falta de jornalistas para a cultura, especialmente para o teatro, não permitia fazer um acompanhamento regular da área, apenas seguir as estreias;

- d) Também por falta de jornalistas, não eram possíveis grandes deslocações pelo país. Assim, a maior parte dos trabalhos, não só de teatro, resumia-se a acontecimentos em Lisboa e Porto. Entende-se pelo facto de serem estas as maiores cidades do país e terem uma vida artística e cultural mais abundante;
- e) A equipa do *Ípsilon* considerava que os artigos de teatro não eram os mais lidos do suplemento, pelo que o espaço destinado a cada área artística seria proporcional ao interesse demonstrado pelos leitores;

Ainda assim, o trabalho sobre teatro que o jornal produzia poderia ser aperfeiçoado:

- f) Duas ações simples poderiam atrair mais atenção para os artigos de teatro no *Ípsilon*: mais artigos na secção “Flash”, acompanhando a atualidade da área, e mais chamadas de capa;
- g) A falta de jornalistas na área da cultura, e especialmente na do teatro, levava a que muitos destes trabalhos fossem divididos pelos jornalistas com mais tempo livre em cada momento. Essa situação poderia resultar em trabalhos menos burilados por falta de conhecimentos específicos. Para resolver isso, teria de haver uma maior organização da redação;
- h) É impossível cobrir toda a atividade teatral no país. No entanto, tratando-se de um jornal nacional, deveria haver maior critério na escolha dos temas, evitando a profusão de atividades em Lisboa e Porto, apesar de ser compreensível;
- i) As publicações jornalísticas também devem ter uma função pedagógica, pelo que não se podia olhar apenas para as preferências dos leitores. A área do teatro não deveria ser limitada por ser menos lida. O facto de ser menos lida até se poderia dever, precisamente, à falta de incentivos à leitura;
- j) As sugestões e os destaques fotográficos também não cobriram todo o território e até houve repetição de temas. A repetição poderia ser útil para reforçar uma mensagem, no entanto, ao mesmo tempo, estava a tirar lugar a outro evento, impossibilitando o ecletismo;

k) O *Ípsilon* devia aproveitar a vantagem que tinha sobre todas as outras publicações: mais espaço para escrever. Deveria, pois, privilegiar temas menos abordados e incluir visões mais analíticas nos seus artigos.

Hoje, a organização do caderno principal, dos suplementos e da presença *online* do jornal é diferente da que existia no período analisado. Mas a falta de jornalistas persiste. As artes continuam a aparecer apenas a reboque de produtos culturais e não do acompanhamento regular das diferentes áreas. Os artigos sobre teatro mantêm-se mais frequentes nos temas da semana do *Ípsilon* do que no caderno principal, mas poucas vezes são chamados à capa. Com esta estrutura, só retirando espaço a umas artes se poderia dá-lo a outras. Mas, na verdade, isso não seria útil para nenhuma área artística. A solução menos danosa seria uma melhor disposição dos conteúdos, mesmo sabendo que é difícil, há poucas pessoas, pouco tempo e tanta coisa a acontecer.

Referências Bibliográficas:

ALZAMORA, G. (2008). "Do texto diferenciado ao hipertexto multimidiático: perspectivas para o jornalismo cultural". Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/ooo754.pdf> [Consulta: junho de 2010].

BARRADAS, M. (2010). *O teatro na comunicação social portuguesa: o caso do jornal Público*. Relatório de mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BARRETO, I. (2006). "As realidades do jornalismo cultural no Brasil". *Contemporânea*, ed. 07, vol. 4, n.º 2. pp. 65-77. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/08IvanaBarreto.pdf [Consulta: junho de 2010].

BASSO, E. (2008). "Para entender o jornalismo cultural". *Comunicação & Inovação*, vol. 9, n.º 16. pp. 69-72. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/702/549 [Consulta: junho de 2010].

CARDOSO, E. (2007). “Crítica de um enunciador ausente: a configuração da opinião no jornalismo cultural”. *Em Questão*, vol. 13, n.º 2. Porto Alegre. pp. 299-314.

PEREIRA, W. (2007). “Jornalismo Cultural: procedimentos pedagógicos”. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/rumos2007/pdf_jornalismo/Wellington%20Pereira.pdf [Consulta: junho de 2010].

SILVA, D. (2008). *A cultura no jornalismo cultural – Contributos para uma redefinição e ampliação do jornalismo cultural português, no contexto das industriais culturais e criativas*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SING, M. (2010), “Crítica em Cultura: Uma análise do jornalismo cultural no estado de Minas”. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-sing-marcella.pdf> [Consulta: junho de 2010].

SIQUEIRA, D. *et al.* (2007), “A cultura no jornalismo cultural”. *Líbero*, ano X, n.º 19. São Paulo. pp. 107-116.

TEIXEIRA, N. (2008). “Impacto da internet sobre a natureza do jornalismo cultural”. Disponível em: <http://www.bocc.pt/pag/teixeira-nisio-impacto-da-internet.pdf> [Consulta: junho d